

Meritum

REVISTA DE DIREITO DA FCH/FUMEC

Estado Democrático de Direito e efetivação de direitos



REITOR: Prof. Antônio Tomé Loures

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE**

- **Diretora Geral:** Profa. Thaís Esteveano
- **Diretor de Ensino:** Prof. João Batista de Mendonça Filho
- **Diretor Administrativo-financeiro:** Prof. Antônio Marcos Nohmi
- **Coordenador Setor de Publicações:** Prof. Eduardo Martins de Lima
- **Coordenador do Curso de Direito:** Profa. Silvana Lourenço Lobo
- **Coordenador do Programa de Mestrado em Direito e Instituições Políticas:** Prof. Antônio Carlos Diniz Murta

**FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE
– FUMEC**

Rua Cobre, 200, Cruzeiro.
Belo Horizonte/MG
Cep 30310-190
Tel (31) 3228-3090
Site: www.fumec.br

REVISTA MERITUM

COORDENAÇÃO EDITORIAL:

Profa. Flávia de Ávila, Profa. Karine Salgado e Prof. Antônio Carlos Diniz Murta

LINHA EDITORIAL:

Estado Democrático de Direito e efetivação de direitos

CONSELHO EDITORIAL

Arno Dal Ri Jr. – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
César Augusto Baldi – Universidad Pablo Olavide (UPO), Sevilla, Espanha
Daniel Firmato de Almeida Glória – Universidade FUMEC
Deissy Motta Castaño – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia
Dídima Rico Chavarro – Universidad Autónoma, Bogotá, Colômbia
Érica Palmerini – Scuola Superiore Sant’Anna (SSSUP), Pisa, Itália
Fernando Antonio de Carvalho Dantas – Universidad Pablo de Olavide, Sevilla, Espanha; Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidad Nacional de Costa Rica, San José, Costa Rica
Frederico de Andrade Gabrich – Universidade FUMEC
Gladston Gomes Mamede da Silva – Universidade FUMEC
Haroldo Duclerc Verçosa – Universidade de São Paulo (USP)
Jan Peter Schmidt – Instituto Max Planck (MPI), Alemanha
Jean-Christophe Merle – Faculdade de Filosofia da Universidade de Saarbrücken, Alemanha
José Filomeno de Moraes Filho – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
Joaquim Carlos Salgado – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Jorge Renato dos Reis – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Luís Fernando Lopes Pereira – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Maria Tereza Fonseca Dias – Universidade FUMEC
Nattan Nisimblat – Universidad del Rosario, Bogotá, Colômbia
Paula Nunes Correia – Universidade de Macau (UM), Macau, China
Raymundo Juliano Rego Feitosa – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Simone Maria Lopes Cançado Diniz – Universidade FUMEC

E-mail: revistameritum@fumec.br

VERSÃO EM INGLÊS: William Alkmin

REVISÃO: Maria de Lourdes Costa (Tucha)

CAPA, DIAGRAMAÇÃO: Eduardo Queiroz – Saitec Editoração

IMPRESSÃO: Gráfica e Editora O Lutador

Meritum : revista de direito da FCH/FUMEC / Universidade FUMEC,
Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. – v. 5, no. 1 (jan./jun. 2010)- .
– Belo Horizonte : Universidade FUMEC, 2006-

v. ; 25 cm

Tema do fascículo: Estado democrático de direito e efetivação de direitos
Semestral

ISSN 1980-2072

1. Direito. I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 34

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas,
Sociais da Saúde da Universidade FUMEC.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta
e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Pede-se permuta
We ask for exchange

Sumário

| | |
|--|-----|
| Editorial | 7 |
| <i>Coordenação Editorial</i> | |
| 1 Política e justiça em Francesco Carrara | 13 |
| <i>Mario Sbriccoli</i> | |
| 2 Colisão de direitos fundamentais e ponderação | 25 |
| <i>Nadia Castro Alves</i> | |
| 3 Direito e religião: reflexões acerca do conteúdo cultural das normas jurídicas | 49 |
| <i>Marcelo Maciel Ramos</i> | |
| 4 A inflexão antropológica da sofística nos albores da Filosofia do Direito e do Estado | 77 |
| <i>Felipe Magalhães Bambirra</i> | |
| 5 Los derechos de las parejas del mismo sexo: ¿una defensa a partir del principio de igualdad o del derecho a ser diferentes? | 109 |
| <i>Laura Lusma Castro Ortiz e Sergio Estrada Vélez</i> | |
| 6 Os direitos dos casais do mesmo sexo: uma defesa a partir do princípio da igualdade ou do direito de ser diferentes? | 129 |
| <i>Laura Lusma Castro Ortiz e Sergio Estrada Vélez</i> | |
| 7 Regulação jurídica dos biocombustíveis no Brasil: o caso do álcool combustível e do biodiesel | 149 |
| <i>Talden Farias</i> | |
| 8 Por uma agência reguladora do agronegócio | 181 |
| <i>João Eduardo Lopes Queiroz</i> | |
| 9 A insolvência empresarial na fronteira do direito e da economia | 233 |
| <i>Jean Carlos Fernandes</i> | |
| 10 Análise da eficiência dos derivativos para redução dos custos de transação | 257 |
| <i>Unie Caminha e Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes</i> | |
| Chamada para publicação de artigos para a revista <i>Meritum</i> | 297 |



Summary

| | |
|--|-----|
| Editorial | 7 |
| <i>Editorial Coordination</i> | |
| 1 Politics and justice and Francesco Carrara | 13 |
| <i>Mario Sbriccoli</i> | |
| 2 Clash of fundamental rights and equilibrium | 25 |
| <i>Nadia Castro Alves</i> | |
| 3 Law and religion: reflections on the cultural content of legal standards | 49 |
| <i>Marcelo Maciel Ramos</i> | |
| 4 The anthropological inflexion from sophistry in the dawn of philosophy of law and the State | 77 |
| <i>Felipe Magalhães Bamberga</i> | |
| 5 Los derechos de las parejas del mismo sexo: ¿una defensa a partir del principio de igualdad o del derecho a ser diferentes? | 109 |
| <i>Laura Lusma Castro Ortiz and Sergio Estrada Vélez</i> | |
| 6 The rights of same-sex couples: a defense based on the principle of equality or on the right to be different? | 129 |
| <i>Laura Lusma Castro Ortiz and Sergio Estrada Vélez</i> | |
| 7 Legal regulation of biofuels in Brazil: the case of ethanol and biodiesel fuel | 149 |
| <i>Talden Farias</i> | |
| 8 For an agribusiness regulatory agency | 181 |
| <i>João Eduardo Lopes Queiroz</i> | |
| 9 Business insolvency within the ambit of law and economy | 233 |
| <i>Jean Carlos Fernandes</i> | |
| 10 Analysis of the derivatives efficiency for the reduction of transactions | 257 |
| <i>Unie Caminha and Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes</i> | |
| Call for papers for the <i>Meritum</i> law journal | 301 |
| Convocatoria para publicación de artículos para la revista <i>Meritum</i> | 305 |
| Appel à contribution d'articles pour la revue juridique <i>Meritum</i> | 309 |
| Aufruf zur Veröffentlichung von Artikeln in der Zeitschrift „<i>Meritum</i>“ | 313 |
| Bando per la pubblicazione di articoli per la rivista <i>Meritum</i> | 317 |



Há quatro anos a *Meritum* se propõe a ser uma das principais interlocutoras do Curso de Direito da FCH-FUMEC ao servir como espaço de reflexão crítica, uma vez que procura divulgar, em suas páginas, a produção de conhecimentos advindos de acurada pesquisa teórica e empírica baseada no diálogo que tais enfoques geram e de sua complementaridade intrínseca. Com o estabelecimento do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da FUMEC, o papel da *Meritum* se tornou ainda mais relevante, pois passou a espelhar esse perfil, centrado na promoção das instituições democráticas e na efetivação de direitos como forma de garantir a pluralidade social e o Estado Democrático de Direito.

A revista, publicada semestralmente, também reflete a interdisciplinaridade essencial à reflexão teórica hodierna, característica inerente aos cursos de graduação da FCH-FUMEC, cujas temáticas se integram no panorama sociopolítico dessa instituição de ensino superior, de forma a constituir a “universidade” de ideias na universalidade democrática. A *Meritum* prima-se por trazer de várias partes do Brasil e do mundo artigos que contêm essa visão multidimensional das ciências humanas, cuja relevância se torna indispensável para a evolução do próprio Direito. Rompe, portanto, com consensos e abre espaços para o aperfeiçoamento dessa discussão. Por essa razão, propõe-se também a traduzir para o português textos já consagrados ou inéditos de autores que se dedicaram a conteúdos capazes de promover tais interações.

Este volume da *Meritum* inicia-se com o artigo escrito pelo renomado Mario Sbriccoli em 1988, *Política e justiça em Francesco Carrara*, traduzido por Ricardo Sontag, cujos conhecimentos adquiridos no doutoramento que cursa na Università degli Studi

di Firenze, Itália, foram imprescindíveis para a realização desse trabalho. Sbriccoli, que foi professor de História do Direito Italiano na Universidade de Macerata até sua morte em 2005, abordou em seu trabalho, de acordo com interpretação historicamente contextualizada, a postura de negação, mas não de renúncia, do famoso penalista italiano Francesco Carrara em relação aos delitos políticos constante no último volume de sua obra de grande importância, *Programma del Corso di Diritto Criminale*, de 1870. Para Sbriccoli, a atitude de Carrara não se concentrava em aspectos “meramente filosóficos”, mas possuía verdadeiro caráter político.

O segundo artigo, intitulado *Colisão de direitos fundamentais e ponderação*, da professora Nádia Castro Alves, traz uma crítica à atuação judiciária no que diz respeito aos direitos fundamentais. Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a autora enfoca a questão referente à característica de imprescindibilidade dos direitos fundamentais, essenciais à dignidade humana, mas também limitada por não serem esses direitos, por si sós, absolutos. Sua limitação encontra-se precisamente quando há colisão de direitos também fundamentais. Neste artigo, a autora identificou, na técnica da ponderação, o meio de solução de conflitos na colisão de direitos fundamentais que, entretanto, muitas vezes é utilizada de forma errônea pela jurisprudência brasileira.

Marcelo Maciel Ramos, doutorando pela Universidade Federal de Minas Gerais e atualmente professor de graduação da FUMEC, é autor do terceiro texto apresentado nessa edição, nomeado *Direito e religião: reflexões acerca do conteúdo cultural das normas jurídicas*. O artigo examina a relação entre a religião e o direito, em suas aproximações e distinções culturais. Procurou demonstrar que, embora o direito tenha se emancipado, no Ocidente, da autoridade religiosa, a religião nunca deixou de constituir para a tradição jurídica ocidental uma importante fonte de conteúdo.

O também doutorando da Universidade Federal de Minas Gerais e professor daquela instituição, Felipe Magalhães Bambirra, por meio de seu artigo *A inflexão antropológica da sofística nos albores da filosofia do direito e do Estado*, ressalta a importância que os sofistas tiveram no desenvolvimento da Filosofia e da Filosofia do Direito. Apesar de marginalizados ao longo da história, sua preocupação centrada nas ações humanas, especialmente na política, na retórica e no conhecimento, fez com os sofistas se tornassem, em um contexto social no qual se destacava a crescente democracia, importantes para que se transferisse o centro das discussões da natureza para o homem. Sua reabilitação é, então, essencial para que se compreenda realmente seu pensamento com base em fontes primárias e não somente com ênfase na crítica feita por filósofos posteriores.

Laura Lusma Castro Ortiz e Sergio Estrada Vélez, ambos professores e pesquisadores colombianos, contribuíram com temática atual que desperta inúmeras reflexões não somente em seu país de origem, como também em várias outras partes do mundo, a exemplo do Brasil. Em *os direitos dos casais do mesmo sexo: uma defesa a partir do princípio da igualdade ou do direito de ser diferentes?*, os autores se preocupam em buscar melhores fundamentos e meios de proteção para o reconhecimento dos direitos de partícipes de uniões homoafetivas. Admitem os pesquisadores que o princípio da igualdade constitui um elemento comum trazido pelo direito comparado para que haja esse reconhecimento, mas para os modelos do Estado constitucional seria necessário interpretar o princípio por meio da admissão do *status* de ser diferente. Tal reconhecimento traria, portanto, proteção mais diligente perante decisões judiciais, pois no caso colombiano esse processo se tornou eficaz perante minorias por meio dos institutos relativos ao direito de participação e à objeção de consciência.

Talden Farias, professor e doutorando da Universidade Federal de Campina Grande, apresenta, no seu artigo *Regulação jurídica dos*

biocombustíveis no Brasil: o caso do álcool combustível e do biodiesel, a preocupação com a busca por energias sustentáveis em razão da crise ambiental, fruto da atualidade. Nesse contexto, a alternativa apresentada pelo autor é a do biocombustível, mas cujo marco regulatório, ainda incipiente, centra-se enfaticamente no aspecto econômico sem que se tome a devida preocupação com questões ambientais e sociais. Visto que nenhum tipo de energia está isento de causar impactos ambientais, há a demonstração inequívoca da necessidade de estudos mais sistematizados sobre o tema.

João Eduardo Lopes Queiroz, reitor do Centro de Ensino Superior de São Gotardo e doutorando pelas Universidad de Valladolid e Universidad de Buenos Aires, argumenta em seu texto, *Por uma agência reguladora do agronegócio*, sobre a forma de como se realiza a intervenção do Estado na agricultura. A fim de melhor explicitar seu tema, estuda as instituições responsáveis por essa regulação e os meios utilizados para sua concretude, enfatizando o crédito rural como importante recurso para que a teoria da intervenção possa se efetivar na prática política.

A insolvência empresarial na fronteira do direito e da economia é o texto no qual Jean Carlos Fernandes, professor e doutor em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, analisa o novo sistema recuperacional e falimentar brasileiro. O autor alega que o equilíbrio entre os interesses de credores e devedores em um ambiente de eficiência econômica deve primar pela preservação da unidade produtiva viável e pela máxima eficiência do valor dos ativos em liquidação célere e eficiente. Seria desse modo que se respeitaria, no Estado Democrático de Direito, a iniciativa privada e sua autonomia econômica.

Este volume termina com o artigo *A análise da eficiência dos derivativos para redução dos custos de transação*, escrito pela doutora em Direito Comercial e professora da Unifor,

Unie Caminha, e pelo mestrando daquela instituição, Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes.

A análise e a estrutura dos derivativos, tendo em vista o entendimento jurídico e econômico de sua utilização por meio dos agentes componentes dos segmentos mercadológicos do Estado Democrático de Direito, é o objetivo com este trabalho. Apesar de serem considerados de alto risco, os derivativos são, ao contrário do que se acredita, benéficos para a proteção contra as oscilações de preço de mercadorias e volatilidade de índices de moedas, o que gera maior segurança para os segmentos empresariais e maior utilidade social aos negócios jurídicos.

Embora notadamente diversos em seus temas e abordagens, todos os artigos têm um ponto de partida comum – o Estado Democrático de Direito e a efetivação de direitos –, contribuindo para a reflexão sobre as instituições democráticas e o pluralismo social.

■ Coordenação Editorial